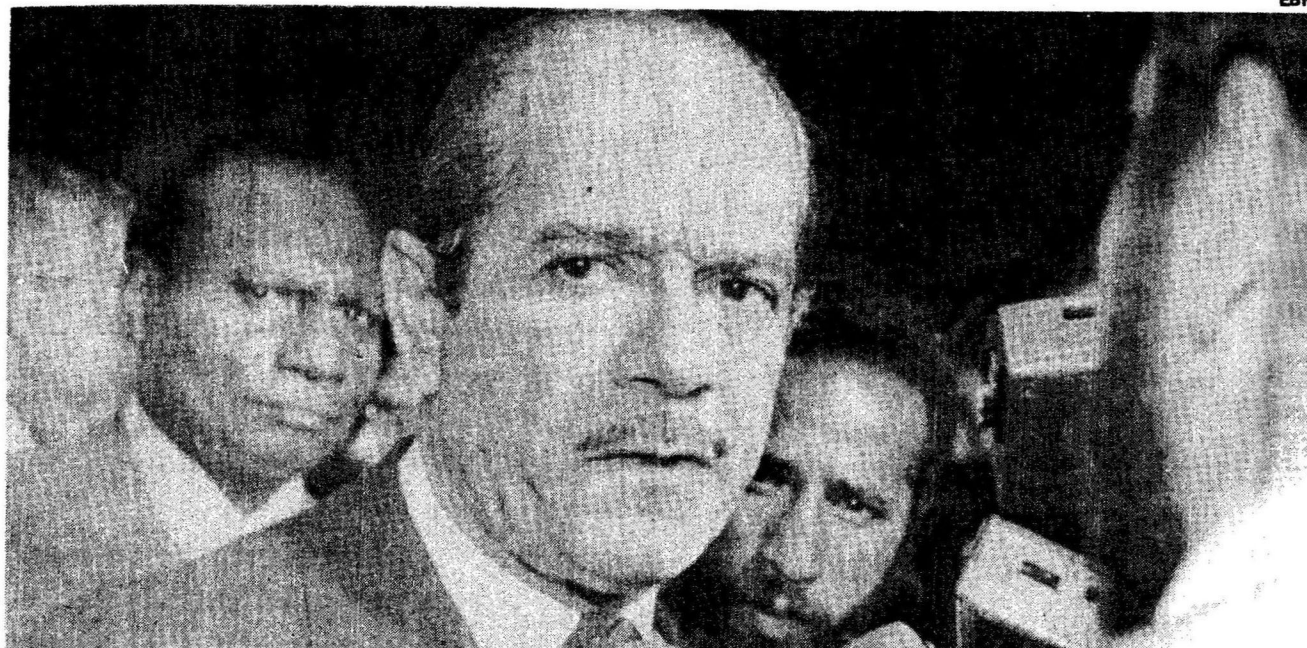


Pastore abre renegociação com credores



Galvêas: programa de Diniz é uma cópia de qualquer outro programa

Galvêas não aceita críticas

O ministro da Fazenda, Ernane Galvão, considerou ontem "injustas" as críticas feitas à política econômica pelo empresário Abílio Diniz e pelo deputado federal Marcus Pratini de Moraes. Pratini disse que a política de combate à inflação não é séria, na medida em que o País aceita conviver com 15 moedas, 14 além do cruzeiro.

Com relação a Abílio Diniz (presidente do Grupo Pão de Açúcar, que apóia a candidatura Tancredo Neves à presidência), Galvão achou melhor vulgarizar as críticas feitas por ele durante palestra proferida no último dia 31 na Escola Superior de Guerra (ESG). A acusação de Diniz, de que a atual política econômica é responsável pela recessão, Galvão respondeu: "Não fosse a linguagem acadiana e o propósito visível de criticar a atual administração, eu diria que o programa é uma cópia de qualquer outro programa".

As críticas de Pratini de Moraes (ministro da Indústria e Comércio do governo Médici), Galvão afirmou não ter entendido o que o deputado quis dizer e duvidou que ele tenha feito críticas à política cambial. As afirmações de Pratini, acrescentou o ministro da Fazenda, "não fazem jus à vivência que ele tem dos problemas da área externa.

Afinal, ele está aqui há dois anos no Congresso. Não pode já ter esquecido o que aprendeu antes".

Outro notável que criticou anteontem a política econômica foi o economista Celso Furtado, um dos prováveis ministros de Tancredo Neves. Furtado afirmou "que não se pode tirar o País da situação em que está sem um amplo entendimento com a sociedade civil". Furtado fez uma abordagem diferente: "A inflação é um problema social e não somente econômico".

A essas críticas, Galvão respondeu: "Pelo menos são coerentes com as suas (de Celso Furtado) idéias anteriores na pregação de uma posição radical-nacionalista. Para ser coerente, Celso Furtado, hoje, tem que pregar a moratória, mesmo que não haja necessidade para isso. É uma posição típica da oposição radical. Ninguém acredita nisso. Só os próprios".

Na sua palestra na ESG, Abílio Diniz, 47 anos, dirigente da maior cadeia brasileira de supermercados e lojas de departamentos, defendeu um plano de emergência para a economia, capaz de reduzir a inflação, aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) e gerar 1,4 milhão de empregos. O que Diniz expôs aos alunos da ESG nada mais foi que o resultado de estudos que ele e um grupo de economistas vêm fazendo, com objetivo de elaborar um pro-

grama alternativo de governo, a ser entregue em setembro ao candidato Tancredo Neves.

Galvão, mostrando não ter levado a sério as propostas do empresário, arrematou: "Eu diria que o programa é uma cópia de qualquer outro programa: 1 — a agricultura deve ser alvo de atenções especiais; 2 — O combate à inflação começa na credibilidade do próprio Governo; 3 — Os gastos públicos deverão ser dirigidos para atividades definidas como fundamentais; 4 — A recuperação exige a renegociação das condições de pagamento da dívida externa; 5 — A capacidade ociosa existente permitirá o crescimento global da economia sem grandes investimentos etc".

Sobre críticas de que a política econômica é recessão, Galvão explicou: "Todo mundo sabe que o Brasil foi vítima das condições mais adversas da crise mundial. Basta ver que o País empobreceu nestes últimos dez anos com a queda das relações de trocas internacionais, sem contar as perdas com a alta taxa de juros. A crise foi adiada e represada desde 1974, na base de empréstimos externos, até aflorar em 1981. No exterior, todo mundo reconhece o esforço e o acerto da política de ajustamento externo do Brasil. Aqui dentro, pobre Brasil. Empobreceu duas vezes..."

Heitor Tepedino

Nova Iorque — Na tarde de ontem foi dada a partida para a renegociação dos US\$ 100 bilhões da dívida externa brasileira, que pode culminar num acordo envolvendo os próximos 4 a 6 anos, conforme declarações do coordenador do comitê de bancos estrangeiros de coordenação da dívida externa do Brasil, William Rhodes, vice-presidente do Citibank, que afirmou com convicção: « O Brasil pode conseguir melhores condições do que as atuais no próximo acordo, mas ainda não vimos a retrospectiva da economia brasileira nos últimos meses, que será apresentada pelo presidente do Banco Central, Affonso Pastore, que nos solicitou um encontro ».

Acompanhado pelo representante do Morgan, Lighton Colman e William Rhodes ressaltaram que ainda não existe nenhum compromisso com o Brasil e que a partir de agora que iriam passar a conhecer as pretensões do governo brasileiro em relação à negociação da dívida externa do Brasil. Enquanto esses banqueiros prestavam informações aos jornalistas brasileiros, assessores do Banco Central pegavam o elevador do Citibank com os seus relatórios para os banqueiros. Affonso Pastore também participou da reunião no Citibank, dando início à renegociação, embora o presidente do Banco Central tenha manifestado o desejo de apenas hoje prestar informações à imprensa sobre as suas conversações de ontem no Citibank.

Por seu lado, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, mantinha-se afastado da imprensa nesta sua passagem por Nova Iorque, devendo embarcar hoje à noite para o Brasil. O seu porta-voz, Gustavo Silveira, informou que Delfim Netto preferia que Affonso Pastore prestasse as informações sobre os encontros em Nova Iorque.

Já William Rhodes negou que a proposta brasileira seja em relação a prazos e juros a uma taxa fixa. Segundo Rhodes, existe uma tendência para que os banqueiros fechem com o Brasil um acordo equivalente ao que vem sendo negociado com o México, adiantando que na próxima semana as negociações com o México terão seguimento, existindo a perspectiva de que se faça um acordo plurianual com os mexicanos, envolvendo 4 ou 6 anos.

Otimismo prematuro

Apesar do otimismo recentemente manifestado por Affonso Pastore em relação à renegociação da dívida externa brasileira, alguns banqueiros americanos acham que em nenhuma hipótese se aceitaria receber juros inferiores aos que pagam aos seus depositantes. Também existe pouca possibilidade de o Brasil conseguir um acordo em melhores condições do que o México. Todas as tendências levam a crer que as condições seriam, na melhor das hipóteses, idênticas. Informaram ainda que a maioria dos banqueiros está optando pelo fechamento de um acordo na base de quatro anos, ao invés dos seis anos solicitados pelo México.

Quanto às tendências das taxas de juros da "prime rate", Rhodes disse que está muito difícil prever-se o que irá acontecer no futuro, embora espera que « elas caiam ». Apesar das dúvidas de Rhodes, estas altas taxas já estão preocupando os grandes empresários americanos, enquanto muitas empresas deste país tenham feito uma revisão das estimativas das taxas de inflação dos EUA este ano, reduzindo suas previsões de 4,9 por cento em dezembro próximo para 3,5 por cento, o que revela a convicção de que os índices de preços para os norte-americanos permanecerão estáveis até o final deste ano, já que hoje a inflação em 12 meses está em 3,2 por cento. Caso esta tendência seja mantida, dificilmente os banqueiros conseguirão manter os seus juros elevados, principalmente pelas pressões que receberão do governo Reagan, cuja reeleição está ameaçada justamente por essas altas taxas de juros.

O relatório apresentado pelo Banco Central do Brasil aos banqueiros certamente agradou em cheio aos nossos credores, porque o grande destaque será o superávit da balança comercial deste ano do Brasil, cujas estimativas saltaram de US\$ 9 para US\$ 11 bilhões. Tal dado é o que interessa ao banqueiro, porque o saldo comercial é o termômetro para eles de que o devedor está pagando os seus débitos. Caso esteja em déficit, significa que a sua dívida externa está aumentando.

Por outro lado, este início de renegociação da dívida externa brasileira ainda terá um longo caminho a percorrer, porque será a partir de agora que o Brasil passará a consultar os nossos mais de 500 credores em vários continentes, que irão concordar ou não com as nossas pretensões. Como os créditos solicitados e a forma de pagamento serão para 1985 e os anos subsequentes, isto é, mais quatro ou seis anos, admite-se que talvez apenas em janeiro ou fevereiro do ano que vem este acordo seja concluído.

Desta forma, hoje Affonso Pastore deve comunicar à imprensa sobre os resultados do seu encontro de ontem com o comitê de coordenação da dívida externa brasileira, dando a sua impressão sobre a acolhida dos banqueiros sobre as propostas para a reformulação dos pagamentos futuros aos bancos internacionais, tanto em termos de juros, amortizações, prazos de carência e recursos novos que poderão ser liberados neste período.